

Demonstrações Contábeis

SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.

31 de dezembro de 2024 e 2023
com Relatório do Auditor Independente



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial.....	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e Diretores da
SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 26 de abril de 2024, sem modificação.



**Shape the future
with confidence**

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Shape the future
with confidence

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.

Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo			
Circulante			
Total ativo circulante		<u>-</u>	<u>-</u>
Não circulante			
Investimentos	4	1.005.161	1.112.889
Total ativo não circulante		<u>1.005.161</u>	<u>1.112.889</u>
Total dos ativos		<u>1.005.161</u>	<u>1.112.889</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		-	3
Total passivo circulante		<u>-</u>	<u>3</u>
Não circulante			
Partes relacionadas	5	20	17
Total passivo não circulante		<u>20</u>	<u>17</u>
Patrimônio Líquido	6		
Capital social		1.254.438	1.254.438
Outros resultados abrangentes		-	(38.081)
Prejuízos acumulados		(249.297)	(103.488)
Total patrimônio líquido		<u>1.005.141</u>	<u>1.112.869</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>1.005.161</u>	<u>1.112.889</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	(145.809)	(31.995)
Prejuízo antes do resultado financeiro	<u>(145.809)</u>	<u>(31.995)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(145.809)</u>	<u>(31.995)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(145.809)</u>	<u>(31.995)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	<u>(145.809)</u>	<u>(31.995)</u>
Outros resultados abrangentes		
Hedges de fluxo de caixa:	<u>38.081</u>	<u>59.375</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(107.728)</u>	<u>27.380</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.254.438	(97.455)	(71.493)	1.085.490
Prejuízo do exercício	-	-	(31.995)	(31.995)
Hedge de fluxo de caixa	-	59.374	-	59.374
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.254.438	(38.081)	(103.488)	1.112.869
Prejuízo do exercício	-	-	(145.809)	(145.809)
Hedge de fluxo de caixa	-	38.081	-	38.081
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.254.438	-	(249.297)	1.005.141

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	(145.809)	(31.995)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	<u>145.809</u>	<u>31.995</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional

A SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, adquirida em 02 de dezembro de 2021, com sede em escritório central na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909 - Torre Norte - 27º andar - Vila Nova Conceição, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela SPIC Brasil Energia Participações S.A e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A Companhia tem como objeto principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior (“holding”) assim como o desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração de energia.

A Companhia, desde 28 de janeiro de 2021, detém a participação de 33% do capital social na UTE GNA II Geração de Energia S.A. que tem como objeto social e atividade de geração de energia térmica. As obras da UTE GNA II foram iniciadas no final de setembro de 2021, atualmente, cerca de 99% (não auditado) do projeto foi concluído, houve alteração na estimativa de início da operação comercial não alterando o total de gastos da obra civil e sem impactos financeiros referente as penalidades regulatórias.

1.1. Continuidade Operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Em 30 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1. Base de apresentação e elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como garantia física, capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações contábeis estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

3. Políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

3.1 Normas e Interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 10	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações contábeis - Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i>	IAS 1	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de " <i>Sale and Leaseback</i> "	IFRS 16	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Acordos de financiamento de fornecedores	IAS 7 IFRS 7	01.01.2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	N/A	01.01.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	IAS 21	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações contábeis e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	N/A	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 IFRS 7	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i>	IFRS 18	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IAS1	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



4. Investimentos

A composição do investimento foi como segue:

	Composição do investimento		Informações sobre as controladas				
	31/12/2024	31/12/2023	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Participações em empresas Controladas							
GNA II	861.442	969.170	33%	9.178.496	6.782.015	2.396.481	-441.848
GNA II - Mais valia	143.719	143.719					
Total Investimentos	1.005.161	1.112.889					

A movimentação do investimento foi como segue:

	Saldo em 31/12/2023	Outros resultados abrangentes (i)	MEP	Saldo em 31/12/2024
GNA II	969.170	38.081	-145.809	861.442
GNA II - Mais valia	143.719	-	-	143.719
Total	1.112.889	38.081	-145.809	1.005.161

	Saldo em 31/12/2022 Não auditado	Outros resultados abrangentes (i)	MEP	Saldo em 31/12/2023
GNA II	941.790	59.375	-31.995	969.170
GNA II - Mais valia	143.719	-	-	143.719
Total	1.085.509	59.375	-31.995	1.112.889

(i) Refere-se a parcela 33% atribuída da Controladora UTE GNA II referente a ativo imobilizado com entrega futura marcados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

5. Partes Relacionadas

	Natureza	31/12/2024	31/12/2023
Balço patrimonial			
Passivo			
SPIC - Brasil Participações	Reembolso de custos de projetos	20	17
Total passivo		20	17

6. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social da Empresa é de R\$ 1.254.438, representado por 1.254.438 de ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e são destinados sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos reduzido do incentivo fiscal e dos juros sobre capital próprio-JSCP líquido de impostos.
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

No exercício de 2024 e 2023, a Companhia não obteve lucro a distribuir.

7. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

SPIC Brasil Térmicas e Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



a) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A Companhia não apresentou risco operacional nos anos de 2024 e 2023.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2024		31/12/2023
	De 1 a 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros			
Fornecedores	-	-	3
Partes relacionadas	20	20	17
Total	20	20	20

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2024		31/12/2023		Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Passivos financeiros					
Partes relacionadas	20	20	17	17	Custo amortizado
Fornecedores	-	-	3	3	Custo amortizado

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick
Diretora Geral

Valéria Lopes de Souza
Contadora
CRC - 1SP145065/O-9